

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.964 - MG  
(2018/0241812-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : ROGER FABIANO CASTRO MENDES**  
**ADVOGADO : DIEGO LUCAS BARBOSA RIBEIRO E OUTRO(S) -**  
**MG150114**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS**  
**GERAIS**

**DECISÃO**

**ROGER FABIANO CASTRO MENDES** agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** (Apelação n. 1.0024.14.145715-0/001).

O agravante, condenado a cumprir 6 anos e 6 meses de reclusão, além de pagar 34 dias-multa, por incursão no art. 180 do CP e no art. 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/2013, apontou a violação dos arts. 6º, § 1º, da Lei n. 9.296/1996 e 1º, § 1º e 2º, § 2º, ambos da Lei n. 12.850/2016. Argumenta que o processo é nulo, ante a ausência de transcrição integral dos diálogos interceptados e que estão ausentes as elementares do crime de organização criminosa.

O recurso especial foi inadmitido durante o juízo prévio realizado pelo Tribunal local, ante o óbice da Súmula n. 7 do STJ, o que ensejou a interposição deste agravo, no qual a parte afirma que não pretende o "reexame de provas" (fl. 1.351).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **não provimento** do agravo.

**Decido.**

O agravo é tempestivo e preencheu os demais requisitos de admissibilidade, motivos pelos quais passo à análise do recurso especial.

**I. Art. 6º, § 1º, da Lei n. 9.296/1996**

Em relação à **nulidade do processo por ausência de transcrição dos diálogos interceptados**, não se verifica a violação federal

apontada. Consta no aresto impugnado que "a denúncia [...] teve como base principal investigação policial, na qual foi realizada interceptação telefônica [...] devidamente autoridade pelo juízo [...], anexado nos autos n. 0024.14.118889-6" e **"todo o procedimento cautelar foi reproduzido e anexado aos presentes autos"** (fls. 1.280 e 1.281).

De acordo com o Tribunal *a quo*, **"foi garantido pleno acesso ao procedimento cautelar e às mídias que o acompanham"**; **"os relatórios de interceptação elaborados com base nas conversas interceptadas encontram-se acostados nos presentes autos, o que inclusive permitiu à defesa trazer as preliminares aqui erichadas"** (fl. 1.281).

Conforme frisado no aresto estadual, **"o expediente em que consta as interceptações telefônicas permaneceu à disposição dos réus para livre exame e comparação com o teor dos resumos dos diálogos constantes do feito"**; **"foram tão somente resumidos trechos relevantes das conversas que teriam pertinência com os fatos, excluídos os diálogos que tratavam de assuntos alegatórios, mesmo porque estes teriam a única finalidade de avolumar ainda mais os autos"** (fls. 1.282-1.283)

Não há falar, portanto, em nulidade da prova cautelar, posto que nenhuma fórmula legal foi descumprida em prejuízo concreto à parte. A respeito do tema: **"pacificou-se na jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça que as partes devem ter acesso à íntegra das provas obtidas com as interceptações telefônicas, sendo desnecessária, assim, a transcrição ou degravação de todas as conversas monitoradas"** (RHC n. 102.306/ES, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 10/10/2018).

É aplicável à hipótese as Súmulas 83 e 568 do STJ, porque: **"É assente no Superior Tribunal de Justiça, bem como no Supremo Tribunal Federal, o entendimento no sentido da desnecessidade de transcrição integral do conteúdo das interceptações telefônicas, uma vez que a Lei n. 9.296/1996 não faz qualquer exigência nesse sentido, bastando que se confira às partes acesso aos diálogos interceptados. Dessarte, suficiente a entrega da totalidade dos áudios captados à defesa, portanto não há se falar em nulidade no caso dos autos"** (HC n. 422.642/SP, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 2/10/2018).

A defesa, no caso concreto, não indicou ao Juiz ou ao Tribunal de Justiça nenhum trecho relevante das interceptações que deveria ter sido transcrito ou foi interpretado de forma equivocada. Sem demonstração concreta de prejuízo, é descabido falar em nulidade.

## II. Arts. 1º, § 1º e 2º, § 2º, ambos da Lei n. 12.850/2016

No ponto, constou do aresto combatido (fl. 1.288-1.292):

Segundo narra a denúncia e os relatórios policiais, a dinâmica de atuação da organização criminosa consistia na **prática de assaltos** a caminhões principalmente à noite, sendo que para cada assalto, os criminosos geralmente atuavam em duas ou três equipes, usando veículos de passeio, roubados e clonados. As abordagens aos caminhoneiros geralmente ocorriam em trechos de aclive de estradas, onde os caminhões, devido ao peso da carga, diminuem sua velocidade.

[...]

Conforme mencionado pela testemunha, **não pairam dúvidas acerca da atuação de Ronivaldo e Roger na organização criminosa, em que atuavam receptando os caminhões roubados.**

Corroborando tal conclusão, têm-se os **relatórios de interceptações telefônicas**, os quais foram essenciais para a **identificação dos agentes, e desmantelamento da organização criminosa.**

O Relatório Final de Investigação Policial traz trechos de diálogos interceptados e relata episódios que explicitam a participação dos apelantes Ronivaldo e Roger nos delitos em apuração (f. 458/544 - Apenso 2/1).

Neste ponto, merecem destaque trechos de conversas interceptadas, nas quais Ronivaldo (Roni) e Roger são interlocutores **e negociam claramente com outros membros da organização criminosa o recebimento de veículos roubados:**

[...]

Além disso, os apelantes Ronivaldo e Roger também são citados em diálogos entre outros integrantes da organização criminosa:

[...]

As provas coligidas durante a instrução criminal demonstraram, indene de dúvidas, que o agravante se associou estruturalmente a bando ordenado, composto por quatro ou mais pessoas, caracterizado pela divisão de tarefas, ainda que informal, com o objetivo de obter vantagens indevidas, mediante a prática de infrações penais com pena máxima superior a quatro anos.

O vínculo não era eventual, pois "as investigações prolongaram-se por mais de um ano"; "ao longo do mês de setembro do ano de 2013, [...] os apelantes conversaram com outros membros da organização [...], bem como foram citados por estes em suas conversas" (fls. 1.292-1.293); é "possível depreender que os agentes já se conheciam antes do mês de setembro e ainda combinavam acordos para datas posteriores, o que indica claramente que o grupo estava unido por vínculo permanente há um relevante período de tempo" (fl. 1.293). Consta que "o vínculo associativo que os unia tinha as características da estabilidade e permanência, já que havia a predisposição comum para a prática de um número indeterminado de crimes" (fl. 1.293).

Nesse cenário, certo que a organização criminosa se concretizou. Para afastar a conclusão do aresto estadual, seria necessário afastar as provas indicadas e proceder ao reexame do caderno probatório, o que encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ. Com efeito, o recurso especial não se presta ao desate de controvérsias fáticas, mas sim à interpretação de dispositivos federais, realizada de forma correta pelas instâncias ordinárias.

### **III. Dispositivo**

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

Em tempo, determino o envio de cópia dos autos ao Juízo da condenação, para efetivo início à execução da pena imposta ao agravante. A determinação deve ser desconsiderada caso o réu cumpra, atualmente, a reprimenda.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator